

Riscos e incerteza globais em alta

Fernanda Guardado
Economista-Chefe
fernandaguardado@bocombbm.com.br

Agosto foi um mês marcado pelo aumento da incerteza e dos riscos econômicos no mundo. No primeiro dia do mês, o presidente americano Donald Trump anunciou a imposição de uma tarifa de 10% sobre US\$ 300 bilhões de exportações chinesas a partir do dia 1º de setembro. O presidente americano acabou voltando atrás posteriormente, postergando o aumento sobre pouco mais de metade do montante para dezembro. A guerra comercial entre EUA e China ganhou contornos mais preocupantes após o anúncio por parte do Governo chinês de tarifas retaliatórias sobre US\$ 75 bilhões, seguido pela reação do Governo americano de aumentar o tamanho das tarifas anunciadas no início do mês. Mesmo com o sinal de boa vontade por parte da administração chinesa no fim de agosto, ao postergar as tarifas anunciadas uma semana antes, a administração americana seguiu adiante com seus aumentos de tarifas na virada de setembro.

Diante do aumento da retórica protecionista, a economia global começa a dar sinais de desaceleração. A economia chinesa, em particular, já dá sinalizações de crescimento ligeiramente abaixo de 6% no terceiro trimestre. Ainda que siga com um ritmo de crescimento saudável, a economia americana também dá sinais de que as disputas comerciais têm impacto negativo na atividade corrente. De modo geral, as expectativas de crescimento global estão sendo revisadas para baixo na esteira dos impactos negativos da elevada incerteza que cerca a disputa entre EUA e China.

Enquanto segue a queda de braço entre as duas maiores economias do mundo, outros dramas se desenrolam em paralelo. No Reino Unido, a perspectiva de uma saída desordenada da União Europeia ganhou força com os movimentos políticos do novo primeiro ministro britânico, Boris Johnson, que buscou fechar a sessão do Parlamento antecipadamente para evitar a votação de acordos por parte do mesmo.

Na Zona do Euro, fica clara a desaceleração da maior economia do bloco, a Alemanha. Nesse contexto, esperamos estímulos monetários adicionais por parte dos principais bancos centrais do mundo, com destaque para o Banco Central Europeu e o FED. O ECB já sugeriu para sua reunião de setembro um pacote adicional de acomodação que deve incluir cortes adicionais em suas taxas de juros, aprofundando-as no campo negativo, e compras de ativos. Nos EUA, o corte de 25 pbs na taxa de juros na última reunião deverá ser seguida de cortes adicionais, a despeito de alguma resistência por parte da autoridade monetária diante das pressões políticas sobre a instituição. Estímulos fiscais e monetários também são esperados na China ao longo das próximas semanas, de modo a compensar parcialmente os efeitos negativos da guerra comercial.

No Brasil, o Banco Central inaugurou um novo processo de corte de juros na virada do mês, com uma redução de 0,50 pp, para 6%. Diante da recuperação ainda anêmica da atividade, em um ambiente de inflação controlada e em torno da meta no horizonte relevante, acreditamos que este movimento será seguido por mais dois cortes de 0,50 pp nas próximas duas reuniões. Esperamos que a inflação se mantenha em torno de 3,6% ao longo deste e do próximo ano, dando ao Banco Central conforto para seguir em sua estratégia. A divulgação do PIB do segundo trimestre, ainda que ligeiramente acima do esperado, mostra uma economia que segue crescendo em torno de 1% ao ano, sem sinais de aceleração.

PROJEÇÕES ECONÔMICAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019P	2020P
Crescimento do PIB (%)	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,3%	1,1%	1,1%	0,8%	1,9%
Inflação (%)	5,9%	6,4%	10,7%	6,3%	2,9%	3,7%	3,6%	3,6%
Taxa Selic (%)	10,00%	11,75%	14,25%	13,75%	7,00%	6,50%	5,00%	5,00%
Taxa de Desemprego (%)	6,8%	7,1%	9,6%	12,6%	12,4%	12,2%	11,4%	10,7%
Balança Comercial (US\$ bi)	3	-4	20	48	67	58	49	43
Saldo em Conta Corrente (US\$ bi)	-75	-104	-59	-23	-10	-13	-21	-38
Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	-3,0%	-4,3%	-3,3%	-1,3%	-0,5%	-0,8%	-1,0%	-1,7%
Resultado Primário Fiscal (% do PIB)	1,7%	-0,6%	-1,9%	-2,5%	-1,8%	-1,6%	-1,6%	-0,9%
Dívida Bruta do Governo (% do PIB)	51,7%	57,2%	66,2%	69,4%	74,0%	76,7%	78,3%	79,3%